



PANDEMIA DE COVID-19 E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ÁREAS DA SAÚDE: REVISÃO DE LITERATURA

COVID-19 PANDEMIC AND THE WORK PRECARIOUSNESS IN HEALTH: LITERATURE REVIEW

Patrícia Mariano¹

Giovana Ilka Jacinto Salvaro²

Palavras-chave: COVID-19; gênero; pandemia; precarização do trabalho; trabalho de cuidado.

Keywords: COVID-19; gender; pandemic; work precariousness; care work.

O presente resumo apresenta apontamentos sobre o trabalho em áreas da saúde no contexto da pandemia de COVID-19, tecendo considerações sobre a crise do cuidado e a precarização do trabalho. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que foi realizada para a elaboração de um projeto de dissertação de mestrado, que tem como objetivo geral analisar os efeitos socioeconômicos e psicossociais da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho de trabalhadoras do cuidado na Atenção Primária à Saúde do município de Criciúma/SC.

A revisão de literatura foi realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Brasil) e SciELO Brasil, nos meses de abril e maio de 2021, com os seguintes descritores: pandemia, COVID-19, coronavírus, trabalho, cuidado. Excluídos os artigos repetidos e os *preprints*, com base na leitura dos resumos, foram selecionados 17 artigos para a análise dos textos na íntegra, os quais dialogam com o tema da pesquisa de dissertação. A partir deste primeiro levantamento, constatou-se que a produção se concentrou nos campos da Saúde Coletiva, Saúde

¹ Graduada em Psicologia, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS/UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: patriciamariano@unesc.net.

² Doutora em Ciências Humanas pela UFSC. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: giovanasalvaro@unesc.net.



Ocupacional e Sociologia do Trabalho, bem como, que os estudos se voltaram para dois focos de análise: (1) as formas de transmissão e de prevenção de contágio; e (2) a intensificação da precarização do trabalho na área da saúde. Para este trabalho, lançou-se foco à segunda categoria.

No contexto do aumento pela demanda de atendimento e elaboração de estratégias de promoção da saúde, se acentuou a precarização do trabalho de cuidado, na contramão do pressuposto de que melhores condições de trabalho configuram fundamental estratégia de contenção da pandemia de COVID-19. A precarização do trabalho foi descrita nos estudos como baixa remuneração; flexibilização e subcontratação; sobrecarga de trabalho, pelo aumento de horas de trabalho e diminuição de horas de descanso, também pelas múltiplas jornadas de trabalho; falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como de treinamento para uso e manuseio adequados dos mesmos; precarização dos espaços e das relações de trabalho; falta de garantias trabalhistas, como a testagem ampliada, padronização da conduta médica para casos suspeitos de COVID-19, padronização da ficha de notificação de casos de COVID-19, que não prevê a categoria “ocupação”, o que invisibiliza o real número de casos e óbitos de trabalhadoras/es na área da saúde, não garantia de atenção hospitalar para trabalhadoras diretamente expostas ao vírus devido à sobrecarga dos dispositivos de atendimento de alta complexidade, por fim, o não reconhecimento da COVID-19 como doença ocupacional e como morte decorrente do trabalho.

Helioterio et al. (2020) pontuam que a precarização do trabalho em saúde é anterior à pandemia e que considerar o uso de EPI como única medida de proteção de trabalhadoras do setor é responsabilizá-las pelo seu adoecimento em decorrência do trabalho. Importante destacar que, apesar da crise global de abastecimento de EPIs e da falta de testagem em massa, considerável número de artigos mencionaram o caráter de retrocesso ocasionado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida também como Emenda Constitucional do Teto de Gastos, e os seus impactos na gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil.



Pode-se associar diretamente o projeto político de desinvestimento em setores fundamentais, como a saúde, com o fato de que o Brasil é o país com maior número de mortes de profissionais da enfermagem (enfermeiras e técnicas de enfermagem) em decorrência da COVID-19, categoria que compõe quase metade da classe trabalhadora da saúde no país e que é composta majoritariamente por mulheres (DUPRAT; MELO, 2020; NISHIYAMA et al., 2020).

Também no campo das políticas públicas, há significativa menção à Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas em contexto de calamidade pública e seu efeito de intensificação da precarização do trabalho no campo da saúde (BRASIL, 2020). Mais recentemente, com a Medida Provisória nº 1.046, de 21 de abril de 2021, novas medidas trabalhistas seguem o fio da precarização do trabalho em tempos de emergência de saúde pública, com impactos diretos às trabalhadoras da saúde (BRASIL, 2021). Apesar de acrescentada a prioridade na testagem de trabalhadoras da saúde e áreas auxiliares para COVID-19, manteve-se a possibilidade de prorrogação de jornadas de trabalho, bem como a diminuição de horas de descanso e adoção de escalas de horas suplementares a trabalhadoras em regime de plantão.

Assim como a precarização do trabalho, o aumento da demanda de atendimento de saúde possui efeitos às trabalhadoras do cuidado na área da saúde (BITENCOURT; ANDRADE, 2021). Pode-se dizer que este aspecto do adoecimento de trabalhadoras do cuidado no campo da saúde se refere à crise do cuidado por inúmeras vias, destacando-se o que Nancy Fraser (2020) pontuou como o caráter estrutural a sociedade capitalista que se sustenta pelo trabalho reprodutivo, remunerado ou não, mas também o desestabiliza através da sua desvalorização e/ou não reconhecimento como um trabalho. Conforme Françoise Vergès (2020, p. 17), o trabalho de cuidado, “[...] embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado”. A partir das autoras, pode-se evidenciar o necessário exercício de pensar os corpos dessas trabalhadoras nos campos de cuidado na pandemia de COVID-19, que acentua a divisão entre vidas vulneráveis e vidas protegidas.



A partir dos artigos analisados, percebeu-se uma tendência à invisibilização do trabalho de cuidado não profissionalizado, como os trabalhos de limpeza e manutenção dos espaços de atendimento em saúde e de transporte e manejo de corpos. Em tal cenário, ressalta-se a importância das análises do cuidado como trabalho, em seu caráter mais amplo.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Silvana Maria; ANDRADE, Cristiane Batista. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1013-1022, mar. 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232021000301013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2021.

BRASIL. Medida provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, março de 2020.. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/03/2020&jornal=619&pagina=1&totalArquivos=3>. Acesso em 07 de set. de 2021.

_____. Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abril de 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/04/2021&jornal=515&pagina=5>. Acesso em 7 de set. de 2021.

DUPRAT, Irena Penha; MELO, Géssyca Cavalcante de. Análise de casos e óbitos pela COVID-19 em profissionais de enfermagem no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, e30, 2020.. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572020000101800&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2021.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 43, maio – ago. 2020, pp. 261-288.

HELIOTERIO, Margarete Costa et al. Covid-19: Por que a proteção de trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00289121, 2020.. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300512&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2021.

NISHIYAMA, Juliana Aparecida Peixoto et al. Dimensões laborais, éticas e políticas do dimensionamento de pessoal de enfermagem diante da COVID-19. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. spe, e20200382, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000500505&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2021..



RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, abr. 2021. . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100134&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 maio 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.

Fonte financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.